



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

EDUCAÇÃO SUPERIOR E REVISÃO CURRICULAR EM SERVIÇO SOCIAL

NELMIRES FERREIRA DA SILVA

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Resume Este artigo objetiva analisar, a partir do atual quadro conjuntural, a eminência de mudanças no mundo do trabalho e os rebatimentos no perfil da formação profissional na atualidade. Nessa direção, sinaliza para a necessidade de novos debates voltados para a educação superior adotando nos procedimentos metodológicos análise das Diretrizes da Educação Nacional (LDB1996), Diretrizes Curriculares Gerais da ABEPSS/96, Código de Ética dos Assistentes Sociais(1993), Lei que Regulamenta a Profissão (1996), seguida de um cabedal bibliográfico à luz da abordagem crítica social (LUKÁCS,1978). Nesse âmbito, compreendemos que a revisão curricular mais recente realizada no curso de Serviço Social traz resignificados à formação do assistente social possibilitando a requalificação de respostas as demandas sócio-ocupacionais. Palavras-Chave: Educação Superior, Revisão Curricular, Serviço Social Resumem En este artículo se pretende analizar, a partir de la coyuntura actual, la eminencia de los cambios en el mundo laboral y las repercusiones en el perfil de la formación profesional en la actualidad. En este sentido, apunta a la necesidad de ampliar el debate orientado a la educación superior mediante la adopción del análisis de los procedimientos metodológicos de las Directrices de Educación Nacional (LDB1996), Plan de estudios Directrices generales ABEPSS / 96, del Código de Trabajadores Sociales de Ética (1993), Ley regula profesión (1996), seguido de un cuero bibliográfica a la luz del enfoque social crítica (Lukács, 1978). En este contexto, entendemos que la opinión más reciente del programa de estudios realizado en el curso de Servicio Social trae resignificados la trabajadora social de la formación que permite la renovación de las respuestas exigencia socio-ocupacionales.

Palabras clave: Educación Superior, de revisión del currículo, Trabajo Social

1-Introdução Este artigo objetiva analisar a partir do atual quadro conjuntural a eminência de mudanças as quais trazem rebatimentos no ensino superior, sinalizando para a necessidade de novos debates articulados a educação superior, currículo de formação profissional e Serviço Social. Para isso, procedemos metodologicamente analisando leis, documentos tais como: Diretrizes da Educação Nacional (LDB), Diretrizes Curriculares Gerais da ABEPSS/96, Código de Ética dos Assistentes Sociais(1993),Lei que Regulamenta a Profissão (1996). Além disso, apropriamos de referenciais bibliográficos para referendar as análises a partir da abordagem crítica social (LUKÁCS,1978), inferindo dentro dos requisitos da ciência em geral “a coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação” (DEMO, 1995, p.20). No tocante a função e o papel da Universidade Moderna que se funda no reconhecimento e legitimidade de suas atribuições sob o princípio da autonomia, suas funções sociais se apresentam enquanto instituição social *diferenciada e autônoma, a qual somente é possível em um Estado republicano e democrático* (CHAUÍ,2003). No espaço da esfera pública estatal a educação superior figura-se como um direito universal e portanto, impõe-se a clara defesa de alguns segmentos sociais na firme recusa da privatização, e a expansão com qualidade ao acesso pelas classes populares, o que não podemos confundir com massificação. Chauí (2001) aponta a tendência da universidade contemporânea, diferentemente de outros momentos históricos, tem subsumido a lógica funcional das exigências de mercado. Tal subordinação ao modelo gerencial do capitalismo retardatário no Brasil tem favorecido metamorfoses redefinidoras da funcionalidade da educação superior enquanto uma instituição social e empreendedora pois,

“A universidade operacional dos anos 90 difere-se das formas anteriores. De fato, enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento, a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, e a universidade de resultados estava voltada para as empresas; a universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma como estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Em outras palavras, a universidade está virada para dentro de si mesma, mas, como veremos, isso não significa um retorno a si, e sim, antes, uma perda de si mesma (CHAUÍ, 2001, p. 190). Nesse panorama reestruturado do capital sob a direção de agenda neoliberalizante, Behring (2002) observa que desde os anos de 1970 vem se consolidando globalmente as tendências de uma reação burguesa à última crise cíclica do capital. A partir daí, foi implementada na sociedade, de forma integrada, um novo modo mais flexível de acumulação capitalista e com a adoção de modelos de gestão do

capital e do Estado com ênfase na modernização e no modelo privatista, na condução dos investimentos e orientação das políticas públicas, no marco neoliberal. Não obstante essa realidade, Silva Júnior (2003) argumenta que a crise do Estado e da educação superior não são fenômenos particulares da sociedade brasileira, e sim, de uma realidade sucessiva e crescente em todos os países, independentemente do seu estágio de desenvolvimento das forças produtivas, privilegiando o sistema de mercantilização do conhecimento. Cerca de 90% das instituições de ensino superior estão no setor privado e têm expandido exponencialmente na esfera mercantil. É nesse cotidiano de forte embates e ajustes neoliberais contrarreformistas das políticas públicas, e especial, a educação superior, que situo a direção desse estudo, procurando introjetar o projeto de formação profissional do Serviço Social na contemporaneidade. No âmbito da categoria dos profissionais de Serviço Social cresceu a forte luta demandante do processo de repensar a formação acadêmica sob uma direção ético-política com vista a propiciar aos assistentes sociais subsídios teóricos, éticos, políticos e técnicos imprescindíveis a ação crítica, criativa e compromissada com os interesses das demandas populares, em consonância com o projeto ético-político norteador da profissão. Essa proposta, ousada e desafiadora para o Serviço Social entende que a plena efetivação de uma nova proposta curricular concatenada as reflexões atuais, considera a direção social da profissão na interlocução crítica com a realidade social e institucional. De posse das informações e referenciais à luz da abordagem materialista-histórico dialético, analisamos as contradições recorrentes nas interferências dos autores em foco. Ressalta-se que, “enfim, o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ele ocupa no seio do corpo social” (KOSIK, 1976, p. 51-52). O ponto de partida está nos pressupostos de que o currículo é a expressão de um conjunto de concepções, é a explicitação de tendências políticas, teóricas e metodológicas que dão direção aquilo que se quer imprimir a um projeto de formação, incorporado num projeto educacional. Em vista dessa percepção entendemos que este estudo poderá contribuir para fortalecer as discussões que permeia a

necessidade de revisão curricular para atender a um perfil de formação qualificado, conforme Iamamoto(2008) capaz de responder técnico, ético e politicamente as demandas postas no mundo do trabalho na atualidade. **2- Uma nova formação para o Serviço Social à luz da revisão curricular** Problematizar, conhecer e construir novas possibilidades para a intervenção profissional, num campo contraditório de práticas e retóricas que fortalecem a fragmentação e a atomização nos processos sociais e de trabalho, torna-se estratégico. Nesse sentido, exige o esforço crítico-reflexivo, por meio de uma formação profissional que se coloque para além da lógica instrumental no agir profissional. (GUERRA, 2002). A necessidade da reafirmação, aprofundamento do debate e construção concreta de instrumentos que possibilitem a materialização da lógica curricular que “expressa uma concepção de ensino-aprendizagem calca-se na dinâmica da vida social. Essa dinâmica favorece a construção de parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 08). E ainda,

Com base na análise do Serviço Social brasileiro, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de 4 questões fundamentais: *o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer.*

Chamado historicamente a intervir nas expressões da questão social, ao encerrar no seio da profissão a análise das formas de produção e reprodução da vida social, o Serviço Social no Brasil encontrou no fecundo debate da teoria social crítica os seus fundamentos. A busca constante de estabelecer respostas ao seu cotidiano profissional e à sua própria condição de trabalhador, no processo de intervenção na realidade social, econômica, política e suas contradições históricas, depara-se com a necessidade de ultrapassar as características imediatistas e de subalternidade da ação profissional, presas, até então, às concepções fatalistas e/ou messiânicas. (IAMAMOTO, 1998). A partir da apreensão dialética da totalidade histórica, das particularidades sócio-econômicas e políticas que formam a realidade social em sua concretude, por meio do *trabalho* no processo de

constituição do indivíduo social que ocorre o movimento de produção e reprodução da vida material. É nos marcos da sociedade capitalista que o Serviço Social no contexto da contemporâneo encontra os elementos indispensáveis para compreensão de um novo perfil profissional, e neste sentido, a necessidade de uma formação capaz de dá resposta qualificadas sob a perspectiva de promoção de mudanças reais e concretas. No atual quadro societário, as metamorfoses no mundo do trabalho em seu processo de reestruturação produtiva passa a demandar um perfil profissional capaz de se adaptar as novas exigências, responder as necessidades operativas com capacidade multifuncional. Esse processo se arrasta desde os ciclos iniciais das crises cíclicas do capital cuja raízes advém do esgotamento do chamado estado de bem-estar na década de 1970 tem sido, conforme Netto (2005), contraditoriamente, funcional ao capital em eu processo de reorganização, sinalizando recortes com claras tendências mundial. Nas particularidades do Brasil, no quadro de mudanças regressivas da gestão do trabalho, a nova morfologia apresenta configurações ainda mais perversas ao lançar contingentes massivos fora do mercado de trabalho, sob a perspectiva da empresa enxuta, superexploração, terceirização, flexibilização de direitos sociais, etc. incidindo sobre os sujeitos historicamente (ANTUNES,2008). O serviço social brasileiro se assume enquanto uma profissão que só pode ser entendida no movimento histórico da sociedade, ao que é preciso estar atenta ao contexto sócio-econômico e político contemporâneo. Nesse âmbito, configura-se o compromisso com o projeto ético (dentre outras) finalidades, a interlocução da ABEPSS aos demais segmentos da categorial profissional frente ao repensar a educação superior, revisão curricular e formação profissional, daí entende a prática de ensino como uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, refletir sobre ela requer considerar as múltiplas determinações sociais que a circundam no heterogêneo. Considerar a educação no momento atual significa dispor-se a superar as teorias que lhe conferem um caráter simplesmente técnico, neutro e voltados para as necessidades exclusiva do mercado demandante. Significa assumir o caráter político inerente a ação de educar e as características da sociedade que historicamente a produziu e

reproduziu. Este é o desafio que se coloca aos que têm o compromisso de querer fazê-la avançar a profissão de Serviço Social nos rumo a um processo mais amplo de transformação social. Há uma significativa parte dos segmentos formadores nas academias que tem consciência de seu caráter conservador e que buscam formular um novo projeto de Universidade: a Universidade que prepara para o futuro, a Universidade que permeada pelo jogo político, tem a capacidade de construir seus próprios projetos, a Universidade que supere a visão e o modelo de formar "especialistas". Uma Universidade que procura não só transmitir conhecimento formal, mas que solicita de seus sujeitos um movimento de produção do pensamento crítico que possa favorecer a maioria da comunidade a que pertença. É no bojo dessas propostas que deveria se instalar e se articular os elementos que consolidem uma direção política da Universidade Brasileira de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Compreendemos que, as questões que envolvem a estruturação e o desenvolvimento de um projeto de formação profissional não podem ser reduzidas a uma simples definição de grade curricular e/ou dos conteúdos das disciplinas que irão compor. Torna-se imperativo uma familiarização do aluno com a realidade empresarial e / ou societária mais cedo, será estimulado a realizar atividades complementares que se caracterizem como uma oportunidade de observação da "práxis administrativa e organizacional, como forma de adquirir uma visão crítica do seu ambiente e, em especial, do universo em que se situa a sua profissão". Provém entre outros, objetivos, o que visa "aprofundar os estudos acerca dos fenômenos administrativos e organizacionais, assim como suas inter-relações com a realidade social na sua totalidade", quando então, terá oportunidade de verificar a aplicabilidade dos conceitos, dos métodos, formas e técnicas gerenciais, para agir com maior segurança, e até mesmo, competências nas atividades do Estágio Supervisionado. Assim temos como estratégia a defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto-ético político do Serviço Social. Nessa direção, tomamos um rumo no qual, segundo Iamamoto (1998), somos desafiados a realizar reflexões críticas sobre o contexto e o processo de implantação e efetivação das Diretrizes Curriculares para o Serviço Social afinado criticamente as mudanças

societárias. Cabe ressaltar que todo esse processo encontra-se aprovado pelo conjunto da categoria profissional desde 1996, justamente, quando os impactos da contra-reforma do Estado vêm avançando, ofensivamente, na política do ensino superior no Brasil e, em particular, no interior dos cursos de Serviço Social. Problematicar, conhecer e construir novas possibilidades para a intervenção profissional, num campo contraditório de práticas e retóricas que fortalecem a fragmentação e a atomização nos processos sociais e de trabalho, torna-se estratégico e exige o esforço crítico-reflexivo, por meio de uma formação profissional que se coloca para além da lógica instrumental no agir profissional. (GUERRA, 2002). Faz-se necessária a reafirmação e aprofundamento do debate e construção concreta de instrumentos que possibilitem a materialização da nova lógica curricular, a qual “expressa uma concepção de ensino- aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional” (ABESS/ CEDEPSS , 1996, p. 08). Nesse sentido,

Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho dos Assistentes Sociais em seu campo de intervenção (ABESS/ CEDEPSS, 1996, p.14).

Seja qual for à realidade, ou posição que se venha tomando a cerca de uma política de fato eficiente em relação ao tripé ensino, pesquisa extensão, o fato é que além desse reconhecimento por parte da Lei de Diretrizes Básica da Educação Nacional às Diretrizes Gerais do Curso de Serviço Social elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) orienta a unidade dessas dimensões, considerando-as indispensáveis a formação profissional na contemporaneidade,

nos pilares do Projeto Ético-Político – Código de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão e Diretrizes curriculares da ABEPSS -, encontramos instrumentos que desafiam a pensar alternativas ao *status quo* da realidade. Compreendemos ainda que o potencial de traduzir a dimensão

teórico-prática da profissão tem inexorável vinculação com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que se dá no âmbito da universidade, no bojo da formação profissional. (BRAVO e MATOS,2010,p.122).

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social em geral, propõem uma formação cuja perfil dinamiza a requisição de um profissional que atue nas expressões das questões sociais mediante habilidades e competências. Entende também que estes profissionais devem ser capazes de desenvolver ações estimuladoras dos saberes, conhecimentos, conteúdos e técnicas, instrumentais necessário ao exercício profissional. Assim, o egresso deverá ser dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, com capacidade investigativa da realidade social; de gestão dos serviços sociais, permitindo atuar em assessoria gerencial, jurídica, nas esferas públicas e privadas. Ter capacidade de inserção criativa e propositiva nas políticas sociais públicas, empresariais, de organização da sociedade civil e no mercado de trabalho, com o objetivo de enfrentar as demandas cotidianas formulando uma análise crítica sobre a situação social do país, e ainda, ser comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética Profissional do Assistente Social, pela capacitação no exercício da vivência da cidadania e dos direitos sociais (ABEPSS/CEDEPSS,1997). Dentro dessa visão, as atribuições profissionais, em consonância com a Lei 8.662 (07/06/93), deve estabelecer competências e habilidades técnico-operativas. Estas deverão ir da capacidade de formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organização da sociedade civil a elaborar, executar, avaliar, viabilizar a participação dos usuários, organizar, planejar, administrar benefícios e serviços; planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais. Além disso, deve prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade, dentre outras. (LEI QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO,1993). A busca constante de estabelecer respostas ao seu cotidiano profissional e à sua própria condição de trabalhador, no processo de intervenção na realidade social, econômica, política e suas contradições históricas, depara-se com a necessidade de ultrapassar as características imediatistas e de subalternidade da ação profissional, presas, até então, às concepções fatalistas e/ou messiânicas. (IAMAMOTO, 1998) A partir da apreensão

dialética da totalidade histórica e das particularidades sócio-econômicas e políticas que formam a realidade social em sua concretude, por meio do *Trabalho* no processo de constituição do indivíduo social e na produção da vida material, nos marcos da sociedade capitalista, o Serviço Social contemporâneo encontra os elementos indispensáveis para compreensão do movimento dinâmico de formação e transformação da sociedade. Pensar a educação na perspectiva da formação superior tendo o conjunto de suas bases legais e instrumentais com uma clara teleologia em instrumentalizar um projeto político-pedagógico que não seja apenas um documento de performance, mas uma proposta estrutural observada, discutida e revisada pelo conjunto de professores e estudantes sob a perspectiva de direção, entende Para Veiga (2004, p.17): "Não existe um projeto de curso isolado. Ele é parte de um projeto institucional, que é parte de uma universidade, que é parte de um sistema de educação, que é parte de um projeto de sociedade. Esta nova estrutura curricular deve refletir o atual momento histórico e projetar-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos, como experiências concretas no decorrer da própria formação profissional.(ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 64). Essa construção coletiva é parte da histórica luta protagonizada, principalmente pela determinação dos segmentos progressistas no interior das escolas de Serviço Social que têm possibilitado a reestruturação da base curricular.

3-Considerações Finais A organização curricular nesta perspectiva está condicionada à leitura, compreensão, consciência da realidade, à fundamentação teórica e à instrumentalização técnica do trabalho. Queremos dizer com isso que a implementação de um currículo supõe a seleção intencional de conteúdos e a clareza quanto ao perfil profissional que almejamos. Falar sobre decisões curriculares implica falar sobre quais conteúdos ensinar, para que ensinar e como fazê-lo. Desse estudo abstraímos que a revisão curricular mais atual é marco no avanço propositivo da profissão do serviço social por dentre outras coisas, resignificar a formação profissional, para além de ações pontuais, com respostas apenas ao mercado de trabalho. Daí cabe ressaltar, a necessidade da permanente vigilância acerca do movimento da realidade, situando o sentido da educação superior e o lugar da profissão do serviço social na contemporaneidade.

4-Referências Bibliográficas CHAÚÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva.Revista Brasileira Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, MG, em 5 de outubro de 2003 ABESS N/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. Cadernos ABESS nº 7. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. Cadernos ABESS nº 8. São Paulo: Cortez, 1996.

_____.Relatório da XXIX Convenção da ABESS. Recife, novembro/1995, mimeografado.

_____.Proposta Básica para o Projeto de formação Profissional. Revista Serviço Social e Sociedade nº 50. São Paulo.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CEFESS-CRESS. IN. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, nº 50, 1996.

IAMAMOTO, M.V.O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____.M.V. A Formação Profissional do Assistente Social: Dilemas e perspectivas. Rio de Janeiro, maio, 1994, mimeo.

NETTO, J.P.Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma

análise prospectiva da profissão. Revista Serviço Social e Sociedade nº 50. São Paulo: Córtez, 199

_____.A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília;CEAD/UNB, módulo I, 1999.

REVISTA INSCRITA/CFESS. Desafios das Entidades – currículo para o novo milênio, Ano I, nº 2, maio de 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita, et al. Projeto de Revisão Curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC/SP. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, nº 14, ano VI, 1984.

Graduada em Serviço Social/UFS; Mestre em Geografia Agrária/UFS, Doutora em Serviço Social/UFPE. Profa Adjunta da Universidade Federal de Viçosa-MG. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Questão Social e Movimentos Sociais /UFS (fnelmires@gmail.com.br ou nelmiressilva@ufv.br).

Recebido em: 08/08/2016

Aprovado em: 09/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: